

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado Zé Carlos)

Requer a realização de Seminário para debater, no Plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão - e com o apoio da Frente Parlamentar estadual intitulada "Frente Parlamentar em Defesa da Energia Limpa" – sobre a intenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de alterar a Resolução vigente sobre o sistema de compensação de energia elétrica, o que permitiria à Agência a taxação da geração de energia solar.

Senhor Presidente

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, a realização, por parte desta Comissão de Desenvolvimento Urbano, de um Seminário para debater, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - e com o apoio da Frente Parlamentar estadual intitulada "Frente Parlamentar em Defesa da Energia Limpa" – sobre a intenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de alterar a Resolução vigente sobre o sistema de compensação de energia elétrica, o que permitiria à Agência a taxação da geração de energia solar.

Requeremos, ainda, que sejam expedidos os respectivos convites para composição da mesa de debates aos (às) seguintes convidados (as):

- Representante do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

- Representantes das Promotorias do Consumidor do Ministério Público do Maranhão (observando-se que são duas as referidas Promotorias);
- Representante do PROCON Maranhão;
- Representante do IBEDEC Instituto Brasileiro de Estudos e Defesa das Relações de Consumo, do Maranhão;
- Representante do Ministério Público Federal do Maranhão;
- Representante da OAB, Seccional do Maranhão;
- Sr. Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da ABSOLAR.

JUSTIFICAÇÃO

Os veículos de comunicação de todo o país têm noticiado que, até o dia 30 do presente mês, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está recebendo sugestões para a edição de uma nova Resolução em substituição à Resolução 482/2012, que dispõe sobre o sistema de compensação de energia elétrica.

Conforme amplamente noticiado, também, tem a Aneel a intenção de, a partir da alteração na referida Resolução 482, taxar a geração de energia solar, ou seja, passar a cobrar daqueles que investindo na produção de energia solar, utilizam a rede de distribuição de energia elétrica.

Os impactos sociais e ambientais (para o país) caso essa intenção da Aneel venha a ser concretizada - bem como os impactos financeiros para todos aqueles que já investem ou que vierem a investir

na produção de energia solar fotovoltaica – têm preocupado expressiva quantidade dos parlamentares federais, conforme se pode observar pelos inúmeros pronunciamentos que abordam o tema em questão nos Plenários tanto da Câmara quanto do Senado e, também, pelas várias audiências públicas já realizadas ou



aguardando realizações nas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso. Um Requerimento de instalação de Comissão Geral para debater o assunto, inclusive, foi apresentado ao Presidente Rodrigo Maia.

A preocupação com o assunto, no entanto, não se restringe aos parlamentares do Congresso Nacional. Também nos estados, as Assembleias Legislativas têm sido palcos de pronunciamentos de seus membros. Esse é o caso, por exemplo, da Assembleia Legislativa do Maranhão, cuja Frente Parlamentar em Defesa da Energia Limpa, presidida pelo ilustre deputado estadual Duarte Júnior, deseja debater com mais profundidade – e com a participação de membros desta Comissão de Desenvolvimento Urbano - sobre a malfadada intenção de taxação de geração de energia solar.

Considerando-se, portanto, que o assunto aqui abordado é de vital interesse para o estado do Maranhão, contamos com o apoio dos nobres Pares para o acolhimento do presente pedido.

Sala da Comissão, em 06 de novembro de 2019.

Zé Carlos

Deputado Federal (PT/MA)